

Introdução a Clément Rosset¹

Nicolas Delon²

Eu não conseguirei, nessa introdução, apresentar de maneira exaustiva e sintética tudo o que gostaria de abordar. A sequência do Atelier se encarregará do resto. Me atarei a esboçar alguns traços gerais e alguns outros mais precisos que nos lançarão nessa reflexão. Me atarei em seguida a prevenir aqueles que virão aqui para descobrir um grande filósofo e um pensamento complexo, que ficarão decepcionados. Pois trato de um filósofo decepcionante, mas que, pelas mesmas razões que o tornam tal, é também entusiasmante. Não haverá provavelmente nenhuma questão que eu não possa responder ao final desta exposição: seja porque como eu vocês tropeçarão na facilidade de Clément Rosset, seja porque vocês buscarão nela um impensado que por definição não foi pensado e não me interessa portanto – mesmo se pode interessar a outro tipo de filósofo. O primeiro objetivo de Rosset é o de simplificar quanto muitos complicam. Repito, a riqueza do pensamento que vamos estudar não é de modo algum evidente, e eu venho, tanto quanto vocês, espero, buscar respostas e não ensinar uma doutrina. Talvez não encontremos nada além do que está escrito. *Espero!* Quero na verdade dizer: talvez descobriremos que não podemos nada extrair a mais da filosofia de Clément Rosset e que ela termina precisamente onde seu autor pára. Eu não saberia no entanto me contentar de degustar de sua leitura privadamente. E se eu pudesse ao menos dar o gosto de lê-lo e de fazer dela sua filosofia, não tutelar, mas marginal, com a qual saímos escondido, um tipo de pecado menor do filósofo, ah eu teria pelo menos transmitido algo. E se eu me apeguei tanto a montar esse Atelier, é porque estimo que ele não pode prejudicar ninguém ao contribuir para que passe a ser um pouco rossetiano; e eu diria até, por ele tentar ser *otimamente* rossetiano, de maximizar a parte razoável de Rosset que possa se autorizar como um pensamento filosófico dito sério – universitário, entenda-se.

¹ Traduzido por André Martins (UFRJ).

² Nicolas Delon, atualmente professor de Filosofia e Estudos Ambientais do New College of Florida, inaugurou e dirigiu o Atelier Clément Rosset quando era aluno de graduação da École Normale Supérieure de Paris. Este texto introdutório que inaugura o site, foi originalmente publicado online em 01/03/2006 (<http://clementrosset.blogspot.com/2006/03/introduction-clment-rosset.html>).

Eu descobri Rosset em *hypokhâgne*³, na época em que ainda não lemos verdadeiramente filosofia (quanto a mim, em todo o caso). Devo confessar que eu o achei difícil e não li inteiro *A anti-natureza*, por falta de tempo e coragem. Esqueci então dessa obra durante cerca de um ano, se excluímos algumas consultas furtivas. Foi por ocasião de minha segunda *khâgne*⁴ que descobri quem era para mim Clément Rosset. Novamente nosso professor nos aconselhou a leitura de *A anti-natureza*. Era, com dois anos de intervalo, a segunda vez que eu estudava com este professor o tema “a natureza”. E devo confessar que, à parte Aristóteles, é Rosset que me fez enfim compreender o que se pode entender por natureza – natureza inexistente, segundo ele, como veremos. Nesta releitura, fragmentária, e talvez sob o efeito de uma maior maturidade filosófica, descobri com um certo entusiasmo o alcance de noções como acaso, artifício, univocidade da existência, imanência, arbitrário. Eu já desconfiava, felizmente, o que estávamos podendo entender por esses termos, mas não penso ter tido uma lucidez suficiente antes desse início da segunda *khâgne*. E é exatamente de lucidez que se trata. Pois, estimo, e me explicarei, que Rosset é um filósofo lúcido por excelência, cruelmente lúcido. E vocês poderão já notar que a lucidez – um pouco no sentido de *lúmen naturale*, da razão do século clássico, mas em um sentido evidentemente diferente – no que ela é transparência, desvelamento, iluminação, é a própria faculdade que dá acesso ao real em sua mais alta crueldade. Crueldade: o real cru, sem cozimento permitindo-o ser digerido mais facilmente. O cru é o indigesto. Ora, o pensamento é o estômago segundo Nietzsche. Julguemos os estômagos por sua resistência ao cru. O cru é também o sangüento (*cruor* em latim). Assim quem apreenderia todo o real, nada além que o real, seria como aquele que comeria o bife, porém cru e além disso bebendo o sangue que macula a tábua de cortar. Um bife sequer selado.

Isso nos afasta de um mal-entendido. Esclarecer, desvelar, mostrar o real, não é evidentemente aceder ao Bem-Sol que irriga de sua luz o céu das ideias e designa para cada ente seu mérito em virtude de seu grau de conformidade a essas ideias. Não há, para Rosset, boas cópias, não porque não exista o original, ou que o original seria ele

³ Primeiro ano das classes preparatórias francesas para os exames de seleção para as Grandes Escolas, após o término do ensino médio. (N.T.)

⁴ Terceiro ano de classes preparatórias francesas. (N.T.)

mesmo uma cópia, ou ainda porque somente existiriam simulacros, mas porque *somente existem originais*. E as cópias são mais o que nós colamos no real, do que aquilo que, no real, tomamos erroneamente como sendo o real. A aparência é todo o real, não que o real seja somente ondulação enganosa, mas porque somente a aparência pode exprimir – e não contradizer! – a profundidade, a espessura, o sabor do real. Platão convida à circunspeção radical; Rosset, por sua vez, não é prudente quanto ao que ele vê (e que na verdade não é tal qual), mas quanto ao que os homens não vêem no real. Os homens dizem: ‘você não vêem, mas o real é outra coisa, é mais do que isso, é mais complicado que isso.’ Daí definir o que é, é outro problema. Mas mesmo essa dificuldade de acesso ao real não constitui uma objeção contra sua simplicidade, sua univocidade empírica. Não é a falta de um conhecimento transcendente (a ideia ou a forma), de verdades eternas e inatas (que o Deus cartesiano teria posto em mim), nem mesmo de um conhecimento a priori por conceitos, que faz com que eu não compreenda o que eu vejo. Bem ao contrário, é ao aplicar esses duplos (sentido, razão) ao real, que o perco. É ao apreendê-lo que ele escapa. Me dirão vocês: ‘eis um novo ceticismo, que não faz mais do que afirmar a impotência de nossa razão’. Essa afirmação não é totalmente falsa. Pois Rosset se vê obrigado, como o cético, a não poder razoavelmente afirmar, demonstrar que o real não tem necessidade, causa primeira, razão oculta. Seria tão absurdo para um cético afirmar uma coisa quanto a outra. ‘Eu não posso saber’. Ora, gostaríamos que Rosset saiba que o real é verdadeiramente unívoco. E não descarto pensar que, de fato, Clément Rosset não seja assim tão cético. Clément Rosset não deixa, no entanto, de reivindicar uma herança cética: céticos gregos, Montaigne, Hume. Mas ele reconhece também filósofos cujo ceticismo não passa de um instrumento invocado para ser reduzido: Lucrecio, Pascal, Spinoza, Schopenhauer, Nietzsche. Posições mais complexas, portanto.

A leitura de *O real, tratado de idiotia* foi para mim uma revelação. Engraçado, literário, muito simples e ao mesmo tempo muito fino, este livro me ensinou que a realidade é “idiota”, isto é, simples, única e unívoca, inteira e nela mesma, portanto. Jogando com as palavras, chegamos a dizer que o ‘idiota’ é aquele que não vê duplos e apreende então o real como real e não como sucedâneo de um eventual outro ou alhures. Lúcido por excelência, ele se opõe ao metafísico, ao religioso, ao intelectual, ou a todo homem que, *por sua inteligência*, por seu saber, *perde* justamente o real. Seria assim

possível inverter o sentido das palavras e de reenviar estas formas de inteligência à besteira, e a simplicidade a uma superioridade intelectual incomparável. Superioridade de resistência. Pois uma vez feito o luto do duplo, uma vez admitida a plenitude do real (mesmo se não compreendemos o real – o que não quer dizer que não haja algo que possa nos fazer melhor compreendê-lo), a resistência ao real indigesto é reforçada e a alegria é duplicada. Se podemos aceitar sem outro recurso o que há a aceitar, podemos destarte aceitar *tudo* – e nada pode portanto estragar uma alegria que se produz *apesar de tudo*, ou graças a tudo. Eu exponho tudo isso como se não houvesse problema. Ora, mais eu sonho com isso, mais fico atrapalhado por um certo número de problemas que Rosset talvez não tenha visto, ou dos quais talvez ele não esteja nem aí. Eu lhes digo de saída, esses problemas não invalidam seu pensamento, a meu ver, eles convidam a uma tomada de partido: ou aceitar o ceticismo e por conseguinte a não-recusa de uma eventual necessidade das coisas nem demonstrável nem contestável racionalmente, ou ultrapassar o ceticismo e aceder a um saber positivo que assumiria a contingência desvelada por um certo ceticismo, não imputando-o a uma fraqueza de nossa razão, mas ao próprio real, necessariamente e absolutamente contingente. Eu retomo aqui, grosseiramente, a problemática do recente livro de Quentin Meillassoux, *Depois da finitude: ensaio sobre a necessidade e a contingência*. Muito grosseiramente e evidentemente sem pretender retomar sua subtilidade e alcance. Faço-o pois foi a leitura dessa obra que me fez duvidar do pensamento mesmo de meu filósofo fetiche. Talvez justamente demasiado fetiche. Meu desafio é portanto o seguinte: ou minha adesão ao seu pensamento é da ordem do fetiche, da crença, da persuasão, uma sorte de escolha de vida, ética mais que epistêmica; ou eu tento manter minha adesão, não mais sobre um regime anti-epistêmico, mas sobre um regime de saber (que conservaria no entanto seu projeto ético crucial): Clément Rosset diz corretamente e não ao acaso. Só que Rosset nem sempre torna claramente razoável a irracionalidade das coisas, contrariamente a Quentin Meillassoux. Mas Clément Rosset se preocupa talvez em salvar a filosofia. Não se trata, portanto, de comparar o empreendimento de Meillassoux com uma qualquer intuição de Rosset, muito pouco desenvolvida por Meillassoux. Trata-se de dois regimes de linguagem incomensuráveis. E Rosset escapa, a meu ver, da armadilha do ceticismo que o faria recair a contra-gosto na incomensurabilidade do pensamento – portanto do para-si – e do em-si, ao arranjar algum lugar para um possível impensável, na

possibilidade de que as coisas sejam necessárias, tenham um em-si, mas sem que se possa revelar sua razão, sua necessidade ou sua contingência. Não. O real é indizível porque *todo real* escapa às nossas palavras. Dizer que possa haver uma razão de ser das coisas, um mundo mais verdadeiro, mais essencial, significa atribuir aquilo cuja existência postulamos às próprias palavras que postulam essa existência. Ora, o homem não pode dizer nada de nada, ele só pode, no máximo, falar de si, de sua linguagem. Quando ele fala metafísica, ele fala de si e não do ser. Quando ele sonha, aliás, ele fala de si, não de sua falta, não de algo que ele visa. O homem visa a si mesmo em suas construções de pensamento. Não se pode dizer nada de nada, a própria empiricidade (o real *tal qual*, pois não quero dizer *em si*) é submetida ao indizível e *é justamente esta indizibilidade* que faz com que nós busquemos os duplos. Por não conseguir compreender o que é, creio em algum princípio que possa lhe atribuir razão. Rosset invalida portanto a própria hipótese de um ser do ente, de uma coisa em si, de uma essência ideal, de um além metafísico ou religioso, de uma fuga diferente da verdade, porque estas instâncias foram sempre apenas formuladas pela linguagem, esbarrando em sua impotência – face, repito, ao que está diante de si, e não face a algo cuja existência é assumida como inacessível. Como Nietzsche, Rosset suspeita portanto dos pensamentos do duplo, pela única e suficiente razão de que esses *somente se dão* acompanhando uma denegação da realidade. Não há um único pensamento pretensamente fundador, transcendente, que *no mesmo movimento* não denigre a existência *hic et nunc*. É porque eu não digiro isso, que me acontece de afirmar a necessidade de um duplo (ou, para o cético, a impossível impossibilidade). Não é porque eu afirmo essa necessidade que denigro o real. Não é a metafísica que ensina a superioridade ontológica da essência sobre a existência; é o amargor da existência que faz desejar uma essência.

Vou agora tentar apresentar os dois titãs do pensamento de Clément Rosset, cujo combate não terminou mas é no entanto muito simples de se decidir. Farei este resumo a partir do *Tratado da idiotia*.

Os tipos de duplo

O homem demonstra uma manifesta virtuosidade na produção de duplos. Ele é dotado de uma faculdade antiperceptiva. Capaz de conhecer todo o trágico da vida, mas não de suportá-lo ou diferenciá-lo. Ele tem como um olho a mais. Culpado de não ser cego, e sim vidente. Vejo o real, mas justamente porque o vejo, faço como se não o visse. Duas denegações diferentes: isto *não é*; isso *não deve ser*.

Tripla função

1) *Função prática*, de pôr de lado. Contradizer que $A = A$: o acontecimento real percebido como uma caricatura do acontecimento esperado, como um erro do destino, como ilegítimo. Cf. Édipo.

2) *Função metafísica*, de interpretação. Duplicação: refletir para entender, dar um sentido. O Espelho re-produz o unívoco, é um ponto de apoio. Sensível/ideias, matéria-acidente/forma-essência, real aparente / real racional, ente/ser.

3) *Função fantasmática*, de produção de um objeto faltante para dar conta do desejo. Desejo sempre o outro. Nunca isto, mas sempre outra coisa. Incapacidade do desejo de se fixar sobre um objeto, exceto se deixar de ser desejo. Incapacidade de apreciar enquanto tal um objeto que não existe aqui e agora, que não oferece nenhum recurso que o explicita ou o valoriza, que permanece para sempre sem seu próprio ser, irreparavelmente único e idiota. Desejo de nada, portanto, desejo do desejo.

A busca por um sentido (Hegel, por exemplo, e seus avatares modernos) comporta uma estrutura análoga à do desejo enquanto desejo de nada (o que não é nada desejar, nem desejar algo, nem desejar o nada). O desejo deve de alimentar da insatisfação, ele deve desejar mas deve desejar nada (o desaparecimento do 'não' é importante). Uma vez que os duplos do real foram invalidados em sua pretensão à existência, pois que são signos de um outro, de um alhures, de um advento, de uma ausência, resta o real. Mas o que é o real? Deve-se defini-lo de forma oca, como o que é

sem duplo. Clément Rosset o define assim. O real não é, portanto, percebido tal qual a não ser quando o admitimos sem espelhos. O real não é demasiado simples para a linguagem? A realidade, este mundo que é inteiro tudo o que é, e cujos duplos o mascaram – mas por um instante somente –, a insustentável simplicidade, não é ela tão simples de viver quanto difícil de formular? É do real, do qual não podemos dizer grande coisa e que no entanto está aí, segundo Rosset, que é preciso começar a falar.

Os aspectos do real

O acaso

Quer dizer que as coisas não têm sentido. Nenhum sentido pode ser dado com o ser. Três livros descrevem perfeitamente essa insignificância: *A anti-natureza*, *Lógica do pior*, *O real: tratado de idiotia*. O acaso é neles visto como impossibilidade par ao ser de se dar como lei, sentido, razão, causa, necessidade sem a participação do homem. Eu dizia, não há sentido e necessidade que não seja fruto de uma vontade de fazer falar um real que somente pode ser mudo.

No entanto, “toda indeterminação cessa no limiar da existência”. Uma realidade dada cessa de ser casual, não que seja imutável, subtraída ao devir. Mas *aqui e agora*, uma realidade é necessariamente *algo* e necessariamente o que ela é e nada de diferente. Necessariamente casual porque o acaso constitui a essência do real; casualmente necessária porque, fruto do acaso, uma coisa no entanto não pode ser qualquer coisa. Necessidade para o ser de ser algo e portanto qualquer. Rosset convoca o exemplo do Cônsul de *Sob o vulcão*, de Malcom Lowry. O real é ali dito como ao mesmo tempo *anyhow* e *somehow*, de toda maneira e de uma certa maneira. Para ser, é preciso ser algo e se possível algo de determinado. Aí reside a insignificância do real que é de sempre ser *significante*, *qualquer que seja*, por mais que nos pareça absurdo. Ele se *significa a si mesmo* e nada mais, e é isso que faz sua insignificância, o fato de que não possa ser transferido para nenhum sistema de sentido. *Significante* de um significado que não é outro senão *si mesmo*. Ele não quer dizer nada além do fato de que ele é. Há portanto uma antinomia insuperável entre acaso e modificação: se o que existe é essencialmente acaso, segue-se que o que existe não pode ser modificado por nenhuma vicissitude,

nenhum ‘acontecimento’. Nunca o acaso será mudado pelo acaso. Daí um milagre permanente e uma monotonia absoluta! Sem natureza, todo ente é um milagre, mas se tudo é milagre, nada é milagre e tudo é portanto mono-tono, que só fala de uma voz.

A coincidência do necessário e do não-necessário, que uma coisa seja e permaneça sendo sem razão de ser e de permanecer, é um fato perturbador: ela é sem motivação e portanto implacável *porque* sem motivação. Não há como romper uma cadeia causal inexistente.

Pela mesma razão, a alegria não pode ser interrompida pois que também ela é sem causa assinalável. O que não tem causa não pode cessar de ser, ou ao menos nenhuma causa pode fazê-la se cansar de ser. Não se pode invocar uma razão que contradiria minha razão de ser alegre, pois que justamente eu tenho apenas um não-sentido no fundamento de minha alegria! Seria preciso retirar o real da alegria para esgotá-la. A alegria não é o contentamento. Os dois se opõem como o não-sentido inesgotável e o conteúdo limitado e precário. O sentido é um ‘valor acrescentado. Toda leitura do real é portanto algo falso, na medida que ela somente o lê para acrescentar um valor ao que ela *crê* ler. Valor sem valor, ao contrário do real que, para ser sem valor, é justamente dotado de um valor inesgotável pois que inatribuível.

Idiota

Idiota quer dizer, segundo a etimologia grega: simples, único. Estúpido, sem razão, como o é a infinidade de possíveis, mas também o simples, único, como o é a totalidade do real. “A vida é uma história contada por um idiota, cheia de ruídos e de furor, e que não significa nada.” O real é imitável ao bel grado, sem ele mesmo nunca nada imitar. Ora, é preciso temer o duplo pois que ao real nada falta. Ele basta para nossa felicidade, tudo nos é dado nele. Para falar como Kant, não se trata de se perguntar se a felicidade é possível, pois que ela existe. Trata-se de se perguntar como ela é possível. Mas também como ela é tornada senão impossível, ao menos árdua. Pois se há bem uma realidade onipresente e trágica por excelência, à qual cada um deve se habituar, mas à qual ninguém jamais se habitua, é a morte, fato real, mas igualmente irreal porque inexperimentável. Esta proximidade e esta distância da morte fazem como um apoio para a alegria. A morte implica que eu mesmo e as coisas às quais eu me

apego desapareceremos um dia e apagaremos no esquecimento, como se não tivéssemos nunca existido. Eu não tenho História porque minha existência insignificante, como toda realidade, não deve desagradar a Hegel. Eu tampouco tenho duração pois que no fim das contas me diluo na infinidade de mortos e esquecidos. Como “a vida em consciência” é então possível? Pela graça: graças jurídica, mágica, estética, amorosa, teológica, salvando-nos seja da morte, seja do pensamento da morte. Porém mais segura é a alegria⁵, amor do real, amor incondicional, incircunstanciado, sem complemento de objeto. Amor unicamente pelo fato de que haja algo ao invés de nada. O espanto ontológico sendo unicamente o que não se outorga nem sentido nem acaso, absolutamente incompreensível mas impossível de ser colocado em questão. O amor pelo real implica o amor a todo objeto, enquanto que, por exemplo, o simples amor pela vida não implica aquele pelo real. No final das contas, a morte é sem relação como real, sem influência sobre ele; ela só tem incidência sobre seus testemunhos, não sobre o fato de que o real possa hoje e sempre fornecer testemunhos. Enfim, a alegria é uma via de acesso ao real, um meio de conhecimento: fazendo-me amar o que é, ela o entrega a mim tal como ele é, sem duplos, sem que me falte o que quer que seja.

Resumamos, portanto, os pontos que sustentarão nossas reflexões nas próximas sessões do Atelier:

- O real é simples, sem duplo e por isso singular, incompreensível, inapreensível. Definição *a contrario* do real (cf. *O mundo e seus remédios*): não há definição positiva possível. O real é sem razão, sem finalidade, sem influência para uma ilusória liberdade humana; ele é *a-logon*. O *logos* nada pode dizer sobre ele. Rosset denuncia nos homens uma fuga face ao real, fuga intelectual, afetiva e moral. Nisso se encontram a loucura e a ilusão. O único discurso possível é portanto o tautológico, conforme o princípio de identidade que diz que $A = A$ (e não $A = A'$: Hegel).
- O real é trágico. Sua faticidade é incontestável, aliança do impossível e do necessário, como a morte da qual fala Jankélévitch. A filosofia trágica se opõe

⁵ No original : *l'allégresse*, definida como se segue: amor do real, incondicional, sem circunstância. (N.T.)

aos duplos, ao anti-trágico que é expresso por todo tipo de moral e de metafísica. A moral não condena o mal, mas sim o real.

- A filosofia afronta o real. A linguagem não dá conta dele, exceto para assumi-lo e celebrá-lo, o que constitui a graça ou a alegria estética. Veremos posteriormente o papel fundamental da música, linguagem que não diz nada, significante sem significado que constitui assim um efeito de real. Não um duplo do real, mas uma parte do real, um surgimento do real dentro do real, testemunho da existência e não um duplo da realidade, nem mesmo uma *outra* realidade. A literatura, igualmente, é um meio privilegiado de expressão do real. Rosset rende homenagem desordenadamente a Balzac, Roussel, Shakespeare, Aristófanes, Molière, e muitos outros cujo próprio consiste em assumir o trágico.
- A alegria constitui um efeito indestrutível de adesão ao real, efeito de uma lógica do pior (aceito que tudo seja tal como é, espero o pior, nada pode portanto atingir meu júbilo); efeito também de um real singular, estranho, irredutivelmente único e milagroso pelo simples fato de ser.